

FOLHA DE SÃO PAULO

ANC-FA

X

FOLHA DE ~~SÃO PAULO~~ **As Forças Armadas** *As Const*
Sua situação
Brasília

20 AGO 1986

O ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, declarou numa entrevista ao programa de televisão "Opinião Pública", a ser transmitido hoje, nesta Capital, que a Marinha não exercerá pressões sobre o Congresso constituinte e aceitará, democraticamente, o que ali for decidido, quanto ao papel constitucional das Forças Armadas.

Por sinal, esse mesmo assunto estará sendo examinado, a partir da próxima semana, durante o congresso nacional do PMDB, um dos partidos que apóiam o governo do presidente José Sarney. Dentre os peemedebistas, a corrente mais numerosa é a dos que entendem que as Forças Armadas devam zelar apenas pela soberania nacional, sem terem a prerrogativa, hoje constante da Constituição, de interferir nas questões internas do país.

Para o ministro da Marinha, no entanto, são inconsistentes os argumentos dos que desejam excluir as Forças Armadas do dever de preservar a ordem interna, sob determinadas circunstâncias. A propósito, o almirante Sabóia suscitou a hipótese de que, aprovada essa tese, o Brasil eventualmente se encontre numa situação de extremo perigo institucional, insuscetível de controle por parte das forças policiais. Nesse caso, a seu ver, o presidente da República não teria como recorrer às Forças Armadas, pois, se o fizesse, estaria ele próprio ajudando a destruir a ordem constitucional. Um dos assessores do almirante Sabóia lembrou, durante a entrevista, o caso da aplicação das leis contra discriminação racial nas escolas norte-americanas.

As autoridades policiais dos Estados Unidos foram insuficientes, então, para manter a ordem e o governo americano recorreu as suas Forças Armadas, a fim de assegurar o cumprimento das leis antidiscriminatórias.

A destinação constitucional das Forças Armadas deverá ser um dos temas quentes da Constituinte. Os defensores de mudanças no texto da Constituição parecem pretender eliminar a muleta constitucional, em que se escoram, desde 1891, todas as intervenções militares no processo político brasileiro, como se as Forças Armadas fossem a última instância de julgamento do que é certo ou errado naquele assunto.

Em sua entrevista, o ministro Sabóia destaca, a esse respeito, um ângulo novo da questão: o de que as Forças Armadas sejam chamadas a intervir, em caso de necessidade, mas nos termos da lei e exclusivamente pelo presidente da República, na condição de chefe de um poder constituído por via legítima. Essa via, evidentemente, é a do voto popular. O posicionamento do ministro indica, pois, importante e salutar evolução do pensamento militar brasileiro, que os políticos esperam não seja apenas do almirante Sabóia ou da Marinha, mas de todas as demais forças. Rubem de Azevedo Lima